

**PRODUZINDO DISCURSOS E HIGIENIZANDO ESPAÇOS: A CIDADE E A
AÇÃO MÉDICO-HIGIENISTA**

Fernanda Karoline Martins Lira Alves
Universidade Federal de Campina Grande
fernanda_karoline@hotmail.com

Ao longo dos séculos XIX e XX, as cidades brasileiras conviveram com as críticas aos modelos de urbanidade e depararam com inúmeras tentativas de equilíbrio, de organização de seus espaços, fossem eles públicos ou privados; de construção de espaços habitáveis, de saneamento, entre outras intervenções necessárias para tornarem-se cidades modernas, aprazíveis para os seus moradores, especialmente suas elites, bem como para seus visitantes e investidores.

A cidade colonial, estruturada ainda no século XVI, será denunciada no século XIX, quando “as elites latino-americanas reorientam seus horizontes para os padrões do que seria a metrópole moderna” (PESAVENTO, 2002, p.165). A emergência de uma sensibilidade favorável ao moderno, ao novo e que vê como atraso e não civilização, hábitos, costumes e mesmo a arquitetura que remetia à cidade colonial impulsionou os projetos de demolição da cidade colonial. Mas, embora algumas cidades brasileiras viessem, desde a segunda metade do século XIX, experimentando mudanças estéticas e higiênico/sanitárias, especialmente em suas ruas e áreas centrais, elas chegam ao século XX ainda atormentadas com o problema urbano.

A questão das epidemias que assolavam nossa população colocou na ordem do dia o debate urbanístico sanitário¹, de modo que, praticamente todas as incipientes mudanças ocorridas ainda no século XIX nas cidades brasileiras são resultantes dos discursos e das novas questões propostas por higienistas e sanitaristas, já difundidas nos países como França e Inglaterra. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife, etc. tiveram nos constantes surtos epidêmicos e econômicos, ocorridos na transição para o século XX, os esteios necessários para que uma nova forma de conceber o espaço urbano e seus habitantes fosse gestada, dentro dos moldes da racionalidade burguesa.

O discurso higienista, enquanto um conjunto de técnicas responsáveis pelo estabelecimento de certas formas de sociabilidade – no que diz respeito ao corpo e a maneira com que este se relaciona com o meio físico – (ANDRADE, 1992, p. 17), colocou-se como um veículo de mudança da sociedade brasileira, propondo-se a modificar os hábitos tradicionais, vistos como inadequados à uma nação que se pretendia civilizada. Penetrando não só nos espaços públicos, mas também privados, interferindo diretamente no cotidiano das pessoas.

Segundo Maurício de Abreu, o pensamento higienista foi aos poucos sendo implementado no Brasil, e foi a partir das instituições de ensino médio que o mesmo ganhou força e passou a ser difundido pelo país. Mas foi no Rio de Janeiro, então a maior cidade e a capital do Brasil, que o higienismo “vai mostrar toda sua força” (SILVA, 1997, p. 42) e que de certo modo ditou o tom para as intervenções nas demais cidades brasileiras, que sofreram mudanças não só no meio físico, mas também nas formas de sociabilidade urbana que vigoravam até então.

Os médicos e sanitaristas tomaram para si o que imaginavam ser uma missão regeneradora nacional, exercendo cargos públicos, desempenhando tarefas administrativas, fora da orçada médica. Devido a esse poder atribuído aos médicos e às suas instâncias normativas, as políticas públicas de saúde seriam inseridas no planejamento das cidades e das zonas rurais como forma de combate sistêmico das doenças e domínio e saúde do corpo social (MOTA, 2003, p. 43). Pretendia-se, através da higiene obter um controle quer do homem em todas as suas dimensões individuais e sociais, quer do espaço urbano no sentido de conduzir o país à civilização. Assim, há no país, nas primeiras décadas da República, uma intensificação da ação médico-sanitarista.

No entanto, ação saneadora que se tem nas primeiras décadas da República, é resultante dos discursos e medidas sanitárias que já vinham se produzindo no país e que tinham como objetivo a melhoria da saúde pública e ordenamento das cidades, visto que a própria mudança de regime se dá em decorrência dos discursos de modernidade e mudanças que tinham como meta o progresso e a civilização. Entendemos que é nesse

momento de instauração da República que há uma melhor sistematização das intervenções sanitárias.

O Rio de Janeiro logo cedo lançou as bases para suas reformas. Apesar da investidas sanitaristas, a realidade da capital no início do século XX, expõe com nitidez o delicado estado sanitário em que a cidade ainda apresentava. As epidemias ainda assolavam sua população, de modo que era preciso medidas efetivas que pudessem sanar essa situação. Foi então, numa ação conjunta entre o presidente Rodrigues Alves, Lauro Müller, ministro de Indústria, Viação e Obras Públicas, e Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro, que teve início o ambicioso projeto de remodelação urbana da capital do país, que legitimado pelo discurso higienista e estético, buscou modernizar a cidade eliminando não só as marcas de um passado colonial refletido nas ruas estreitas e sinuosas, mas também pretendeu alcançar as sociabilidades e valores do povo (PESAVENTO, 2002, p.174).

Considerando as peculiaridades de cada localidade, diversas cidades brasileiras tiveram também suas paisagens urbanas transformadas, procurando em grande medida, quando possível, seguir os rumos tomados por essas metrópoles. O Nordeste em meio a uma condição econômica frágil em relação ao Sul e Sudeste, mesmo assim teve suas principais cidades modernizadas. O Recife, assim como no Rio de Janeiro, que desde meados do século XIX e durante toda a primeira década do século XX procurou alinhar seus feitos progressistas às novas idéias de higienização, também se apropriou dessas influências européias para pautar as suas urbanizações, melhoramentos e “embelezamentos” da cidade. É nesse contexto que, em nome de “salvar” a cidade de várias epidemias que ameaçavam a saúde pública ou já se alastravam pela cidade, dá-se início a uma série de projetos de reforma urbana e modernização da cidade na primeira década do século XX.

O Recife, no início do século XX já era, na região, uma das principais referências em termos de modernidade urbana, em virtude da sua condição de entreposto comercial, o que permitiu-lhe, celebrar logo cedo, em sua área de influência os decantados elementos modernos e experimentar as reformas urbana edificando aos

poucos a face moderna da cidade que a muito já fazia parte das discussões de médicos higienistas (ARANHA, 2001, p. 253-254).

Na cidade de Parahyba do Norte, esse desejo pela modernização, se fez presente em parte de seus moradores, especialmente os comerciantes. Esse anseio esteve representado, na implementação dos serviços, que na compreensão das elites, resultaria na edificação da cidade ideal, ou seja, a cidade deveria contar com energia elétrica, ruas calçadas, água encanada, bonde elétrico, entre outros, em prol do progresso e civilização².

No entanto, na virada do século XIX para o século XX, era bem outra a realidade da capital da Parahyba, apontada por seus memorialistas como um aglomerado urbano pequeno, dos mais pobres e atrasados, cujas ruas, “excetuando-se a Rua Direita e uma parte do Varadouro, as demais não eram calçadas e apresentavam um aspecto deplorável na época da estação invernos, com o lamaçal envolvendo as suas dimensões, esburacadas e com grandes sulcos produzidos pela erosão pluvial” (AGUIAR & MELLO, 1989, p. 76).

Conquanto críticas à situação da cidade se tornassem recorrentes a partir do final do século XIX, diligentes em evidenciar a penúria de ruas, praças e edificações, quer públicas, quer privadas, que se erguiam ignorando por completo normativas estéticas, construtivas e higiênicas, é, contudo, apenas na década de 1910 que se notam ações efetivas no sentido de modernização da cidade, voltadas de início à instalação e renovação de serviços urbanos.

Apesar dos avanços conseguidos no fim do século XIX, quando a cidade obteve a vitória sobre a escuridão, já que em 1896, Álvaro Machado contratou os serviços de iluminação pública e serviço de abastecimento de água, estes se davam de forma muito precária e não atendiam as necessidades da população. As primeiras experiências com energia elétrica para fins de iluminação pública na cidade só se dão em 1912³. Assim, fica evidente que no início do século XX, muito ainda estava por ser feito pela modernização da capital, como enfoca o próprio Álvaro Machado em 1905. Na sua mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, expunha a dificuldade em se obter as ações desejadas para o remodelamento da capital:

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

Muito há que se fazer, principalmente n'esta capital. Não temos água encanada, não temos esgotos e a iluminação publica muito deixa a desejar, apesar da inovação do contracto ultimamente feito. Estão por calçar muitas ruas e não pode por mais tempo permanecer sem aterro o grande pântano situado na cidade alta. A falta de meios não tem sido possível levar a affeito essas obras que tanto interessam à saúde pública⁴.

No desejo de tornarem-se modernos dotando a cidade com as conquistas materiais, expressas nos transportes e comunicações, equipamentos de higiene e conforto, é que as elites e letrados de nossa capital irão colocar entre as prioridades, a higiene pública, visto que, uma cidade que quer “civilizar-se” deveria ser pensada dentre os moldes da racionalidade burguesa, isto é, uma cidade limpa, desodorizada (CORBIN, 1987).

Ao mesmo tempo em que se tem a instalação de um serviço regular, ainda que limitado, de abastecimento de água, em 1911, no governo de João Lopes Machado é regulamentado e institucionalizado o Serviço de Higiene, em 1913 foi encomendado o projeto de saneamento da capital ao engenheiro Saturnino de Brito, pelo então governador do Estado João Pereira de Castro Pinto, embora ele só tenha vindo a ser realizado em 1922 no governo de Sólon de Lucena. Serviços estes, que juntamente com as obras de aformoseamento urbano, conduzidas nesse período, especialmente no governo de Camilo de Holanda, representaram ações que estavam inseridas no processo de modernização e higienização da capital que se orientaram não apenas para a transformação do espaço, mas também para a mudança de hábitos da população, objetivo este, nem sempre alcançado.

Com relação ao Serviço de Higiene Pública no estado da Parahyba, embora tenha sido regularizado dez anos antes das considerações de Maroja, sob o Decreto n.53 de 30 de março de 1895, nunca se efetivaram as resoluções dos artigos daquele Decreto, tendo em vista que a Inspectoria de Hygiene não dispunha da estrutura material e humana para executar suas obrigações. Enquanto isso a população, sobretudo a elite letrada, seguia suas denúncias nos jornais acerca da situação de insalubridade em que se encontrava a capital paraibana exigindo providências dos responsáveis pela saúde pública para tomarem as providências. No entanto, só em 1911, no governo de João

Lopes Machado, é que será regulamentado e institucionalizado o Serviço de Hygiene da Parahyba pelo Decreto n. 494, de 8 de Junho daquele ano.

O propósito de sua criação, que não nos surpreende está claro nas palavras do presidente João Machado, “Era incontestável a urgência de ser dotada a nossa capital com uma organização sanitária que viesse introduzir novos estímulos e dar sério combate às antiquadas e prejudiciais idéias existentes entre nós em matéria de hygiene.”⁵.

Contudo, segundo João Machado, não bastava apenas organizar o Serviço de Hygiene, “é preciso que a nossa população se submetta às leis sanitárias sem a preocupação de que ellas possam attingir a liberdade individual, indo mesmo até a inviolabilidade do domicilio”⁶. O presidente chamava a atenção para a necessidade da população se identificar com o propósito da ação sanitária. Isto porque, como veremos adiante, os avanços que se deram em questão de hygiene na cidade foram muito pontuais e um dos pontos que comprometiam a eficácia da ação dos delegados e inspetores era a persistência de práticas e comportamentos coloniais dos seus moradores, que comprometiam a urbanidade que a cidade reclamava.

Nesse sentido, na capital paraibana, a imprensa colocar-se-á, nas primeiras décadas do século XX, a serviço da higienização da cidade, atuando como atenta vigilante, denunciando ela própria o desrespeito aos preceitos que eram baixados nesse sentido, como também divulgando denúncias de terceiros e intermediando a acusação com a decorrência do ato corretivo da autoridade. Apelos como este, não foram isolados:

...Os senhores delegados de Hygiene forneçam à imprensa os nomes dos cidadãos multados ou intimados por motivo de desasseio nas suas casas, quintaes e latrinas que prestarão um grande serviço à saúde publica de nossa terra. Este jornal na sua missão de zelar pelo bem publico sob todas as suas formas secundará a acção da Inspectoria de Hygiene Publica publicando em suas columnas o que nesse sentido lhe for enviado⁷.

Era uma cruzada bastante ampla que embora tenha procurado attingir todos os cidadãos, visto que encontramos várias denúncias e notificações feitas pelos médicos higienistas em sobrados, residência das elites, bem como em seus estabelecimentos comerciais, esta vigilância teve sempre na sua mira, as formas de vivência e moradia dos

populares. De modo que, busca-se reafirmar uma partilha entre a elite desodorizada, “civilizada” e o povo infecto e de hábitos “selvagens”.

Era, sobretudo, sobre os hábitos e moradias desses populares que se voltavam as vistas do Serviço de Higiene, com seus dois delegados e um desinfector, que protegidos pelo saber e poder que detinham, e ainda respaldados pelo Decreto n.494, que lhes davam plenos poderes na atuação sobre a cidade e seus habitantes, percorriam diariamente a cidade e invadiam os domicílios a fim de fiscalizá-los. Portanto, com total carta branca e autoridade de polícia, procuravam lixo nos terrenos, nos quintais, bem como voltavam suas vistas para a presença ou não de aparelhos sanitários nas residências. Aqueles residentes infratores e “anticivilizados” eram intimados, sob pena de multa, à construção de aparelhos, geralmente no prazo de trinta dias. Se o problema fosse com relação ao lixo nos quintais, estes davam um prazo geralmente de quarenta e oito horas para a limpeza do mesmo.

Essas intimações geralmente eram divulgadas, nos jornais para que a população tomasse conhecimento dos trabalhos da Diretoria de Higiene, bem como de suas responsabilidades para com a saúde pública. As diligências médicas eram diariamente divulgadas pela imprensa. Nessa cruzada, o jornal A União, órgão oficial do Estado, reproduzia diariamente as notificações de visitação e intimações feitas pelos inspetores, dando a impressão de que havia na cidade um verdadeiro batalhão de higienistas, percorrendo ruas e pondo ordem nos espaços domésticos, o que era mais um anseio do que a realidade, tendo em vista que, o serviço estava restrito à quatro homens, que com certeza não conseguiam ter uma ação tão global como sugeria o jornal.

Além disso, essas intervenções no espaço da cidade e nas moradias com vistas a modificar os hábitos da população, não eram tão simples quanto parecia. De acordo com Sousa, “a eficácia política e disciplina dos projetos higienistas e sanitaristas foi apenas parcial e as formas como os moradores da cidade absorveram os hábitos burgueses, foram ao mesmo tempo motivos de comemoração e frustração para seus idealizadores” (SOUSA, 2001, p. 256). Apontando assim, para uma ressignificação e apropriação do ideário burguês por parte dos populares das mais variadas formas, que possibilitaram a flexibilização de rígidas normas, quando não, sua rejeição.

Os proprietários de diversas casas da rua da Mangueira, apesar de já terem sido indicados pela directoria de Hygiene a fazerem aparelhos em suas casa, dentro do prazo de sessenta dias, até hoje ainda não satisfizeram o dispositivo daquela repartição.

Seria de bom alvitre o sr. dr. Director de hygiene dar nova ordem aquelle respeito e mandar alguns de seus auxiliares aquella rua para se inteirarem do anti-hygienismo em que se encontram certas casas d'alli.⁸

Dessa forma, nos remetemos a Michel de Certeau (1994), quando este nos chama atenção para os usos diferenciados que os indivíduos e grupos fazem dos modelos culturais, alertando para a necessidade de se levar em consideração a inventividade e a criatividade que presidem as formas como os sujeitos se relacionam com esses modelos. Ou seja, percebemos que há por parte dos populares uma apropriação e reinterpretação do modelo de higienização produzindo pelos profissionais do Serviço de Higiene. De modo que, como podemos perceber, nem sempre os decretos estabelecidos, bem como as notificações foram obedecidos pelos habitantes.

A forma autoritária e repressora de atuação da polícia sanitária ganhou a antipatia da população. A invasão no âmbito privado, bem como a imposição de multas, além da vergonha pública, já que eram publicados diariamente na imprensa as casas notificadas, nos parecem suficientes para a forma “pouco lanha”⁹ com que era recebido o Dr. Octávio Soares, um dos delegados da higiene, que reclamava aos relatores do Jornal A Notícia, sobre o tratamento “assaz e descortês” que recebera de uma senhora, que morava na Rua da Oficina.

Ora, para uma cidade que caminhava na vontade de tornar-se moderna, “civilizada”, tal comportamento sinalizava para os letrados da época, que a população se comportava de formas selvagem e inculta. De modo que, segundo os letrados, “está nas attribuições do governo o direito de coagir esses indiferentes aos mandamentos do asseio e da hygiene, obrigando-os na conformidade das posturas municipais a trazerem limpas e de aparelhos sanitários suas respectivas propriedades”¹⁰.

No entanto, não apenas essas denúncias ocupavam espaço nos jornais, mas era um momento em que se intensificavam as cobranças em torno dos serviços de saneamento da capital. Afinal, a civilização e o progresso tão sonhados pelas elites talvez estivessem sendo ameaçado; já que, conforme um articulista do Jornal A União,

“nenhum país civilizado se agrupa hoje como tal sem colocar o esgoto na planta das instalações”¹¹. O jornalista parecia não compreender porque outros serviços tenham sido empreendidos antes do esgoto sanitário, quando o principal propósito era “civiliza-la”. E como poderia a cidade ser civilizada e moderna sem o esgoto sanitário?

O projeto de saneamento da cidade de Parahyba encomendado ao engenheiro Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, pelo então governador do estado, Castro Pinto no ano de 1913, está inserido no contexto das medidas que vinham sendo adotadas desde o governo de João Machado Lopes, com o intuito de higienizar e embelezar a urbe, o que fez Saturnino, após analisar a malha urbana e percorrer as áreas centrais da cidade, quando da sua vinda, elogiar a iniciativa do governador, uma vez que, implementar o esgoto sanitário na capital significava incluí-la entre as cidades onde a “civilização” era uma realidade.

A Parahyba estava assim caminhando para a realização do seu sistema de esgoto, embora, como veremos não se dará de forma imediata. Mas o importante é que estava trilhando o caminho para a conquista de mais um item para a efetivação do seu estado higiênico e saudável. Na compreensão de muitos letrados, a capital não se enquadrava totalmente como moderna, porque as más condições de higiene ainda representavam um empecilho a ser superado. Situação esta que já era bastante denunciada nos jornais pelos letrados que clamavam por um sistema de esgoto para a capital paraibana nos moldes em que havia em outras cidades, sendo cobrado durante toda esta década, visto que as obras, só serão iniciadas no ano de 1922.

Chefiado pelo engenheiro Baeta Neves, auxiliado pelos engenheiros, José Fernal, Francisco Saturnino de Brito Filho, Paulo Guedes e Francisco Moura, as obras de saneamento tiveram início com a abertura, nas principais ruas do centro da capital, de galerias onde seria estendida a tubulação da rede de esgotos. Sendo logo beneficiadas as Ruas das Trincheiras, da República, Barão da Passagem, Beaurepaire Rohan, João Machado, Gama e Melo e Maciel Pinheiro que há muito seus moradores reivindicavam tal serviço¹².

Nesse contexto, a figura do Prefeito Walfredo Guedes Pereira, ao longo dos trabalhos de saneamento e urbanização da cidade, também foi sempre exaltada pelas

elites como sendo alguém comprometido com a melhoria da cidade, que seguindo o exemplo de outras capitais brasileiras voltou suas vistas para a limpeza pública, saneamento e higienização. Médico formado pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro entre 1902 e 1908, Guedes Pereira presenciou as reformas do prefeito Pereira Passos a capital Federal, e assim em seu governo suas ações envolveriam a demolição de vários prédios para alargamento e abertura de novas artérias, de que não escapariam, nem mesmo igrejas seculares que tomariam em favor da higiene, da estética e de um tráfego sem empecilhos.

Embora as reformas na administração de Guedes Pereira não tenham tido o grau de complexidade sistêmica realizadas no Rio de Janeiro, por exemplo, a Parahyba foi palco de uma firme tentativa de reformar sua paisagem, bem como os costumes da população, aliando, o controle e a reestruturação dos espaços públicos ao combate aos espaços privados considerados anti-higiênicos. Assim a retirada dos pobres do centro da cidade, o que já vinha ocorrendo através das ações dos outros governos, intensificava-se e com fortes argumentos dos saberes técnicos e, especialmente das elites, sem que fosse elaborado nenhum plano de realocação nem de construção de habitações.

NOTAS

¹ Debate este que girava em torno das preocupações técnicas de organização ou reorganização do espaço, incluindo dentre outros aspectos, a questão da circulação do ar, da água, de pessoas, etc; que associadas às necessidades higiênicas proporcionariam as cidades bem-estar e funcionalidade.

² Segundo Amaral Lapa, em seu estudo sobre a modernidade em Campinas-SP, são as palavras civilização e progresso e os seus conceitos que contém a idéia de modernidade, com suas vantagens que iluminavam o universo cultural burguês, ou seja, a idéia de modernidade se configura a partir do sentido atribuído a esses conceitos por parte das elites, visto que a palavra modernidade ainda não figura na fala desses agentes históricos.

³ A respeito da eletrificação da capital e de outras cidades do interior, no processo de substituição de outras formas de energias para a energia elétrica ver ARANHA, 2001, p.305.

⁴ Mensagem Presidencial Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 20 de outubro de 1905 pelo Presidente do Estado Dr. Álvaro Lopes Machado, p. 13.

⁵ Mensagem Presidencial apresentada à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado João Lopes Machado, 1911, p.27.

⁶ Mensagem Presidencial à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado João Lopes Machado, 1911, p.27.

⁷ Jornal A Notícia, 27/05/ 1916, p.01.

⁸ Jornal A União, 25/01/1917, p. 02.

⁹ Jornal A Notícia, 10/11/1916, p.01

¹⁰ Jornal A União, 11/02/1917, p.01.

¹¹ Jornal A União, 24/01/1923, p.01.

¹² Consultar a Revista Era Nova, de maio de 1922 que trouxe uma matéria descrevendo as etapas do processo de saneamento da cidade de Parahyba.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: SILVA, José Borzachiello da [et all]. **A cidade e o urbano**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1997, p. 27 – 54.

AGUIAR, Wellington & MELLO, José Octávio. **Uma cidade de quatro séculos** – evolução e roteiro. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora,1989.

ANDRADE. Carlos Roberto Monteiro de. **A Peste e o Plano**: o urbanismo sanitaria do engenheiro Saturnino de Brito. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, USP, 1992.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925). Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP, 2001.

BRITO, Francisco R. Saturnino de. Saneamento de Paraíba do Norte. In: BRITO, Francisco R. Saturnino de. **Obras Completas**. Tomo V. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1943.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MOTA. André. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade**: Visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba**: uma cidade entre miasmas e micróbios. Serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), Ribeirão Preto, 1999.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)**. Tese de Doutorado em História. Campinas: Unicamp, Campinas – SP, 2001.